

Não era lícito ao Tribunal de Justiça do Estado do Paraná passar em silêncio o primeiro centenário de fundação da Universidade do Paraná que norteou esta entidade federativa para sua grandeza atual e lançou as sementes da organização de hoje, tanto no campo político, econômico e social, quanto no educacional, aí compreendidas todas as áreas de formação da veneranda instituição, notadamente reconhecida como força máxima da evolução cultural de nosso Estado do Paraná.

Nosso Tribunal de Apelação, criado pela Constituição Estadual de 1891, como Superior Tribunal de Justiça, completava apenas 11 (onze) anos de sua instalação, quando uma realidade indesmentível ficou demonstrada. O Paraná ainda era uma terra obscura no cenário nacional; nas duas últimas décadas sofrera duas derrotas significativas nos campos judiciário e político.

A derrota judiciária era recente; embora não consumada por falta de trânsito em julgado e dificuldades legais em sua execução, havia produzido naqueles últimos dias uma trágica ocorrência com o episódio do Combate do Irani, onde perecera o Comandante do Regimento de Segurança do Estado e mais de dez soldados por ele comandados no entrevero de Banhado Grande. A jurisdição paranaense sempre fora respeitada naquela região ocidental ao Rio do Peixe e, nossa Força Pública fora destacada com cerca de 400 homens para impor a ordem e a disciplina na região. Destaque-se que o Chefe de Polícia na ocasião, que também se deslocara para a cidade de Palmas era o Desembargador Manoel Bernardino Vieira Cavalcanti Filho, membro desta Corte, natural de Pernambuco (21/03/1869) e formado pela Faculdade de Recife (1891). Em 1895 foi nomeado Juiz de Direito da Comarca de Cerro Azul e ascendeu ao cargo de Desembargador no ano de 1910.

O Desembargador Manoel Bernardino Vieira Cavalcanti Filho, juntamente com o Desembargador Euclides Beviláqua, foi um dos fundadores da Universidade, sendo nomeado lente catedrático de Direito Comercial da novél instituição, exercendo o cargo de seu Diretor desde sua fundação até sua morte em 1936. Foi também Presidente desta Corte nas gestões de 1921/1922 e 1926/1927, sendo o responsável pela lançamento da Revista Paraná Judiciário em janeiro de 1925.

A derrota política, por sua vez, também tinha sido significativa para os anseios da comunidade paranaense. O próprio José Francisco da Rocha Pombo é quem nos esclarece o episódio quando em 1892, nos albores da República, pretendeu instalar uma universidade em nossa capital.

“Tomei um empréstimo de oito contos de réis, afiançado pelo comendador José Macedo; assentei a pedra do edifício no Largo do Ouvidor Pardinho; fiz ali construir depósito e reunir material, dando começo ao nivelamento do largo. Fui em seguida ao Rio, onde apenas tive a animação do Dr. Ubaldino do Amaral, senador por esse Estado, o qual apresentou ao Senado um projeto que, depois de aprovado em segunda, caiu em terceira discussão, havendo quem me assegurasse que nesse resultado interviu a politicazinha dominante no Paraná”. (in Rocha Pombo, por Valfrido Piloto, Gráfica Mundial, 1953, pág. 11).

Portanto, Senhor Presidente e dignas autoridades, uma das mais respeitadas inteligências paranaenses, o morreteano José Francisco da Rocha Pombo, em 1892, lançou a pedra fundamental de uma Universidade e, na Praça Ouvidor Pardinho, iniciou edificação que, contudo não chegou a prosperar diante do desencontro de opiniões políticas afloradas no seio deste mesmo torrão.

Por aí se vê que a história não perdoa os indecorosos ou aqueles que detendo mandato popular recusam as limpas idéias advindas dos espíritos superiores dotados de consciência cívica.

Ainda bem, meus senhores, que nesta terra viviam pessoas ilustres e de bons costumes, algumas oriundas de outras plagas, que não deixaram murchar as esperanças de 1892. A lápide permaneceu ocultada no Largo do Ouvidor Pardinho, mas o ideal que ela continha sobreviveu na imaginação e no sonho dos habitantes desta terra.

Se as palavras voam como o vento e os escritos ficam como os monumentos; aquele seixo desbastado, verdadeira pedra polida pelo cinzel de Rocha Pombo, se transformou no espírito vivificado que veio iluminar ainda mais, 20 anos depois, os já brilhantes designios de uma pleiade de eminentes figuras que se reuniram para dar corpo e alma ao ensino superior em nosso Estado do Paraná.

Conquanto parecesse um sonho de difícil realização, não se tratava de uma aspiração irrefletida, como alguns jornalistas da época afirmaram (A República de Curitiba e Diário do Comércio de Paranaguá, in Ruy Wachowicz, 1983, pág. 41).

De qualquer sorte, o ambiente e o momento eram propícios. Assim como a opulência decorrente da borracha, do cernambi e do caucho sustentava a economia amazonense, incentivando a criação da Universidade de Manaus; do mesmo modo as riquezas provenientes da cultura da erva-mate dominavam o panorama econômico desta região brasileira, onde haviam recém concluído a Estrada de Ferro São Paulo-Rio Grande.

Além disso, logo depois de solucionada a questão de limites entre o Brasil e a Argentina, com o laudo arbitral favorável do Presidente Grover Cleveland, houve a necessidade de ocupação do território e a abertura de estradas era de suma importância, não só para o governo como também para a população local.

Para a defesa da soberania nacional na fronteira, além das já existentes Colonias Militares de Chapecó e Chopim (desde 1880), foi criada também a Colonia Militar de Foz do Iguaçu (1889), instalada pelo engenheiro militar José Joaquim Firmino. Por este motivo a guarnição militar de Curitiba passou a contar com um número considerável de engenheiros militares oriundos da Escola da Praia Vermelha, encarregados das obras da Estrada Estratégica de Guarapuava a Mato Grosso, notadamente na Comissão Construtora da Estrada Estratégica de Guarapuava a Foz do Iguaçu.

Segundo o insuspeito depoimento de Luiz Carlos Pereira Tourinho, Curitiba possuía poucos engenheiros. Disponíveis, mesmo, só

JOÃO DAVID PERNETTA, ADRIANO GUSTAVO GOULIN e AFONSO AUGUSTO TEIXEIRA DE FREITAS. A solução foi recorrer aos engenheiros militares da guarnição federal. Além do Serviço de Engenharia do Quartel General, havia o 2º, depois 5º Batalhão de Engenharia, com sede na Rua Visconde de Guarapuava, hoje quartel do Corpo de Bombeiros. Dessas duas fontes vieram os Capitães e Tenentes PLÍNIO ALVES MONTEIRO TOURINHO, GUILHERME BARBOSA FONTENELLE BEZERRIL, TEÓFILO GARCEZ DUARTE, GUILHERMINO BAETA DE FARIA, ARMANDO EUGÊNIO MARIANTE, MÁRIO ALVES MONTEIRO TOURINHO, AMARO SOARES BITTENCOURT, ABACÍLIO FULGÊNCIO DOS REIS, MANOEL DE CERQUEIRA DALTRO FILHO, FRANCISCO JORGE PINHEIRO, OLINTO BARBALHO e SEBASTIÃO PINTO DA SILVA. (O Ensino de Engenharia na Universidade do Paraná, Boletim do IHGEPR, vol. XLV, 1987, pág. 03)

O corpo docente do Curso de Medicina foi composto em 28 de outubro de 1913 e era formado pelos Professores ABDON PETIT CARNEIRO; ALFREDO DE ASSIS GONÇALVES, MANOEL CARRÃO, CLÁUDIO LEMOS, NILO CAIRO DA SILVA, JOÃO EVANGELISTA ESPÍNDOLA, JOAQUIM PINTO REBELO, JOÃO DE MOURA BRITO, REYNALDO MACHADO, VICTOR DO AMARAL, JOSÉ GUILHERME DE LOYOLA, ANTONIO RODOLPHO PEREIRA LEMOS, JOÃO CÂNDIDO FERREIRA, JORGE HERMANO MEYER, FRANCISCO BURZIO, ANTIDONIO PAMPLONA, JOSÉ FERENCZ e FRANCO CARINI.

(Em 1912, o Poder Judiciário estava festejando os cem anos de expedição do Alvará que transformou Curitiba em Cabeça da Comarca (12/03/1912), da Ouvidoria de Paranaguá e Curitiba. Era Ouvidor em Paranaguá o bacharel João de Medeiros Gomes.)

Entre os primeiros lentes catedráticos da Faculdade de Ciências Jurídicas e Sociais estavam dois desembargadores: EUCLIDES BEVILAQUA e MANOEL BERNARDINO VIEIRA CAVALCANTI FILHO, este último lecionando a cadeira de Direito Comercial. ANTONIO MARTINS FRANCO, mais tarde integrante desta Corte, nesta época era membro do Ministério Público e Oficial de Gabinete do Presidente Carlos Cavalcanti.

Dentre os cerca de trinta advogados militantes na capital, foram escolhidos para lecionar Direito Civil os preclaros JOÃO PAMPHILO VELLOSO DE ASSUMPCÃO e AFFONSO ALVES DE CAMARGO. Para lecionar Medicina Legal foi nomeado ALFREDO ASSIS GONÇALVES que, recentemente, havia feito a exumação do corpo de João Gualberto Gomes de Sá, morto no Combate do Banhado Grande, no Irani.

A preocupação de pesquisa e colaboração é o principal sentimento que alimenta o espírito universitário, inculcando nos alunos e professores a ânsia pela pesquisa científica na conquista de novas verdades.

Esse discernimento próprio de almas superiores, enriquecia a atmosfera cultural daquela Curitiba do início da República.

A Carta Magna de 1891 passou a ditar normas de organização do ensino atribuindo aos Estados a tarefa de manter o ensino

primário; ao passo que o ensino secundário era de competência da União. Quanto ao ensino superior, passaram a surgir faculdades isoladas do país.

Segundo DAVID CARNEIRO, (in História da Primeira Universidade do Brasil), "sob a égide dessa liberdade, três universidades se fundaram, Amazonas, São Paulo e Paraná". "A crise econômica da borracha impediu a permanência da Universidade de Manaus. Logo, também, São Paulo fechou suas portas, indicando seus alunos a transferência para a do Paraná, a única que prevaleceu".

Por coincidência, apenas dois (02) Tribunais de Justiça Estaduais do Brasil são filhos da República: os do Paraná e o do Amazonas. Essas duas unidades da Federação, tais como irmãos gêmeas (quase univitelinas) nasceram juntas e tiveram autonomia judiciária na mesma ocasião, ou seja, atingiram sua maioria política (ou emancipação plena) com o advento do movimento republicano de 1889.

Nesse tempo, quando os ideais federalistas foram submetidos aos republicanos, surgiu a figura extraordinária de Rocha Pombo lançando a semente de uma nova entidade nesta cidade que fora escolhida como capital do novo Estado e que, segundo documentos da época, não tinha arrecadação suficiente para cumprir as mínimas obrigações de pagamento do funcionalismo (Jesuino Marcondes).

Senhor Presidente, para cumprir a missão delegada por Vossa Excelência, foram feitas inúmeras consultas a anais e memórias de diversas fontes, com aquela ânsia própria de redescobrir a história. A pesquisa, embora feita com dedicação, afincos e apego, ficou muito aquém da plenitude narrativa sugerida por Vossa Excelência. Buscou-se ao máximo a poeira vital, aquela semente capaz de gerar uma árvore do ensino público superior. Qual o acontecimento chave e quais as reações intelectuais que deram origem ao movimento. Existiam apenas algumas escolas particulares de ensino primário e médio, ao passo que o ensino público se resumia, no segundo grau, ao Ginásio Paranaense, substituto do Liceu que fora criado em 1872.

Porém, como sói acontecer, houve um mecanismo intelectual inexorável decorrente de inúmeros fatores sociais, políticos e econômicos que, na época, indicavam a necessidade de mais um degrau no ensino desta terra.

Na investigação cuidadosa da intenção dos fundadores passamos por vários processos e concepções, nem sempre hábeis a nos fornecer o verdadeiro sentido daquele ato solene. Foi ele realizado no dia 19 de dezembro de 1912, na sala de sessões do Congresso Legislativo, sob a presidência do Governador Carlos Cavalcanti de Albuquerque, na presença do General Alberto de Abreu, Inspetor da 11^a Região Militar, Revmo. Bispo Diocesano D. João Braga, Secretário de Estado, autoridades, homens de letras e pessoas gradadas, quando foram distribuídos os diplomas aos lentes catedráticos fundadores, depois do discurso do orador Manoel Cerqueira Daltro Filho.

A Diretoria havia sido empossada numa sessão realizada às 14 horas do mesmo dia, cabendo ao médico Victor Ferreira do Amaral

o cargo de Diretor; Vice-Diretor: Des. Euclides Beviláqua; Secretário: Dr. Nilo Cairo da Silva; Sub-Secretário: Dr. Daltro Filho; Tesoureiro: Dr. Flávio Luz; Bibliotecário: Hugo Gutierrez Simas.

A instalação da Universidade do Paraná foi um produto da natureza positiva das coisas, de acordo com a orientação dos fenômenos sociais da época.

A retrospectiva se mostra imprescindível nesta solenidade. A semente lançada por Rocha Pombo permanecera insepulta. Certo dia, num pequeno gabinete, como nos conta João Ribeiro de Macedo Filho, no célebre discurso de 1920, quando as Faculdades de Direito e Engenharia foram equiparadas às congêneres oficiais, reuniram-se Flávio Luz e Nilo Cairo. Flávio Luz pretendia a criação de duas escolas: de Odontologia e de Comércio. Nilo Cairo, porém, com seu cérebro privilegiado, desenhou nítida a árvore frondosa em cujos ramos se deveriam inscrever, não apenas as duas escolas projetadas, mas os cursos de Direito, Engenharia, Medicina, Agrimensura, Agronomia, Comércio, Odontologia, Pharmacia, Obstetrícia e o curso de preparatórios. Um terceiro visionário se lhes ajuntou: moço, altivo e sobranceiro, confiante no futuro, Daltro Filho abraçou com entusiasmo a arrojada ideia. E o trabalho foi iniciado. Primeiro que tudo, era mister encontrar um homem que por seu renome, sua fortuna, sua posição social, constituísse como que segura garantia de estabilidade da instituição a criar.

“Mas como encontrá-lo, nesta época de utilitarismo, de luta extenua pela vida, de egoísmo e de desregramentos? Quem, nas condições precisas, daria o seu nome, emprestaria a sua firma, concederia o seu apoio à ideia ousada, considerada por todos, utópica e irrealizável? Que espírito de sacrifícios, que alma de abnegado trocaria as suas comodidades pela luta ingente que se ia travar? No meio destas cogitações, um varão ilustre, cheio de serviços à causa pública, de inconfundível feitio moral, grave e honesto, respeitado e querido na sociedade, se lhes deparou. Acercaram-se dele. Victor do Amaral, alma afeita ao bem, espírito esclarecido, caráter puríssimo, ardente patriota, amante do progresso, consultado, colocou-se de corpo e alma ao serviço da idéia alevantada com que se pretendia enriquecer seu Estado natal. E lá se foram os quatro idealistas, a cata dos indispensáveis elementos.”

Na seqüência, mais dois valentes batalhadores se juntaram a eles: Hugo Simas e Euclides Beviláqua, indo todos expor seu plano ao Governador do Estado - Carlos Cavalcanti de Albuquerque.

O detentor do poder ouviu a comissão em silêncio, tomado de verdadeira surpresa pelo arrojo do empreendimento. Não era ele que iria implantar o desânimo naquela pleiade de patriotas intemeratos, não era ele que iria contrariar uma iniciativa tão bela quão proveitosa para o Estado. E, com voz segura, palavras meditadas que mal encobriam o seu entusiasmo, prometeu à denodada comissão todo o apoio moral do seu governo e deixou transparecer que podia ela contar também com o seu apoio material.

A esperança da comissão, no governo era pois, fundada: o patriotismo do presidente não desamparava a Universidade em formação.

E prossegue João Ribeiro de Macedo Filho, na época Secretário da Faculdade de Direito:

“Compreendeu o benemérito chefe de Estado, a importância do cometimento; viu claro o quanto de bem e o quanto de proveito adviria para o Paraná com a fundação dos cursos superiores. À sua visão larga de estadista, não se afigurou utópica a obra grandiosa que se projetava.”

Na primeira quinzena de fevereiro de 1913, mobiliado o prédio alugado na Rua Comendador Araujo, nº. 42, foi aberta a inscrição. Cinco (05) cursos iriam funcionar: Direito, Engenharia, Odontologia, Pharmácia e Comércio.

Em 24 de maio de 1913 iniciaram-se as aulas da Universidade, com o efetivo exercício de 26 professores e, três dias depois, em 27 de maio era sancionada a Lei nº. 1.283 que reconhecia oficialmente a Universidade e dava-lhe para a constituição do seu patrimônio a elevada soma de 80 contos de réis.

Pensou-se na construção de prédio próprio. A direção da nova entidade tentou conseguir o terreno inicialmente cedido a Rocha Pombo pela Câmara Municipal, que ainda estava vago, localizado na Avenida Iguaçú. Contudo, por razões desconhecidas, a negociação restou frustrada.

Todavia, com a subvenção oficial, foi comprado um terreno à Rua Carlos de Carvalho, esquina com Visconde de Nacar, sendo encarregado o Dr. Guilhermino Baeta de Faria da confecção do projeto do edifício. O projeto era grandioso e a insuficiência de recursos causava alguns temores nos idealizadores. A estimativa ascendia a 250.000\$000 réis, uma pequena fortuna para a época. Nilo Cairo incentivou Vitor do Amaral a contratar o construtor Bortolo Bergonse. Este contrato veio posteriormente a ser descrito por Plácido e Silva o primeiro aluno a se matricular na instituição e o primeiro funcionário contratado para trabalhar na secretaria, portanto, participante e observador das respectivas tratativas.

Antes, porém, que as obras se iniciassem, a Câmara Municipal e a Prefeitura doaram à Universidade um terreno defronte à Praça Santos Andrade, onde a 13 de agosto de 1913 foi lançada a pedra fundamental, dando-se início à grande construção que passou a abrigar também o curso de Medicina, com onze (11) alunos a partir de abril de 1914, quando houve a pitoresca mudança de endereço da rua Comendador Araújo para o novo prédio, chamado de Palácio de Luz por Romário Martins.

Entrementes, meus senhores, em 18 de março de 1915, a Universidade sofreu duro golpe com a Reforma Maximiliano e a edição do Decreto 11.530 anulando os direitos concedidos pela Lei nº. 8.659, de 05 de abril de 1911, sob cuja vigência fora criada. Aos fundadores,

todavia, alentava a convicção de que o referido decreto não poderia retroagir, ofendendo os direitos adquiridos. Entretanto, a jurisprudência do Supremo Tribunal Federal, assim como acontecera na questão de limites, nos foi desfavorável.

Como favor, concedia-se a possibilidade alternativa aos nossos estudantes de revalidação de seus exames, dentro de um ano, nas faculdades oficiais. Como se dizia na época: abriam-se as portas das faculdades oficiais aos nossos alunos, desde que se fechassem as portas de nossa Universidade, como aconteceu com a Universidade de São Paulo.

Fato curioso ocorreu, contudo, e que merece especial destaque. A morte da Universidade de São Paulo causada pela Reforma Maximiliano trouxe vida à Universidade do Paraná, porquanto, centenas de alunos paulistas passaram a freqüentar os cursos de nossa Universidade, principalmente, o de Medicina.

A legislação, recém editada, facultava a equiparação das faculdades particulares às oficiais. Havia, porém, um empecilho a estorvar a marcha educacional de nossa instituição. O Decreto 11.530 exigia que a cidade de Curitiba tivesse mais de 100.000 habitantes. Mediante autorização legislativa se procedeu a um recenseamento que, ao cabo de muita expectativa evidenciou a presença de apenas 66.000 residentes no município.

Induvidoso que a restrição imposta pelo dispositivo visava privilegiar as capitais dos grandes Estados em detrimento dos pequenos, esquecendo-se do princípio constitucional da isonomia. Em razão disso, a representação do Paraná na esfera federal, tendo a frente a figura veneranda de Generoso Marques conseguiu que fosse banida do decreto a restrição populacional.

O desânimo, porém, tinha outra origem; novamente a falta de recursos, pois os recursos próprios de Victor do Amaral escoavam-se com as despesas de funcionamento da Universidade. Surge então a figura extraordinária do Presidente Affonso Camargo (Professor de Direito Civil da instituição) que, no intuito de preservar a instituição, forneceu-lhe apoio financeiro estatal, desafogando o diretor de sua combalida fortuna.

Afastada a preocupação com a gestão das finanças da entidade, voltaram-se os diretores ao reconhecimento da Universidade, separando os cursos sob o ponto de vista didático, em 25 de maio de 1918, em três faculdades distintas, com distintas diretorias, como exigia o Conselho Superior de Ensino.

As respectivas congregações elegeram os diretores Victor do Amaral (Medicina), Desembargador Manoel Bernardino Vieira Cavalcanti Filho (Direito) e Adriano Gustavo Goulin (Engenharia).

Em 1919, a bancada paranaense capitaneada por João Moreira Garcez, que no ano seguinte veio a se tornar Prefeito de Curitiba, conseguiu a concessão da inspeção preliminar das Faculdades de Direito e

Engenharia, que vieram a ser equiparadas às oficiais, depois de ingente persistência de nossos ilustres fundadores.

Neste interregno surge a figura do ilustre Presidente do Estado, Dr. Caetano Munhoz da Rocha, que aumentando a subvenção estadual propiciava renda suficiente para a boa remuneração do corpo docente e manutenção de todos os serviços escolares, como exigia a lei federal.

Em 19 de agosto de 1920 as Faculdades de Direito e Engenharia foram oficialmente equiparadas às oficiais; a de Medicina conseguiu sua equiparação em 18 de fevereiro de 1922, através de portarias do Ministro da Justiça e Negócios Interiores.

A reunificação das três faculdades desmembradas era um sonho acalentado por todos. Durante certo período o projeto ficou engavetado, de 1922 até 1937, quando o prof. João Ribeiro de Macedo Filho, então diretor da Faculdade de Direito em substituição ao Des. Vieira Cavalcanti, nas comemorações do jubileu de fundação, relançou a ideia de reunificação, agregando-se às faculdades isoladas a Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras. É que segundo a reforma do ensino a incorporação se fazia necessária para constituição do núcleo de agregação.

A reunificação somente se tornou realidade em 1946, com o término do regime ditatorial de Getúlio Vargas e a assunção do Marechal Eurico Gaspar Dutra. Era Ministro da Educação Ernesto de Souza Campos.

“Reconstituída a Universidade, instalado o Conselho Universitário e aprovados os estatutos, foram eleitos o reitor e vice-reitor. Vitor do Amaral bastante saudável e lúcido para os seus projectos 84 anos de idade, agora reitor e não mais diretor, recebia assim a homenagem e o reconhecimento pela sua ingente participação na fundação, administração e preservação da primeira Universidade. João Ribeiro de Macedo Filho era guindado à vice-reitoria pelo seus méritos como resolutu e persistente batalhador da causa da restauração. Em 6 de junho do mesmo ano, pelo decreto-lei n.º. 9323, assinado pelo Presidente Gaspar Dutra e referendado pelo ministro Souza Campos, eram concedidas as regalias de universidade livre e equiparada à Universidade do Paraná e aprovados os seus estatutos, pelos quais ficou bem conceituado que se tratava da mesma fundada a 19 de dezembro de 1912 e que se reconstituía” (Ildefonso Puppi, 1986, pág. 43-44)

Victor Ferreira do Amaral e Silva, lapeano nascido aos 9 de dezembro de 1862 na Fazenda Sant’anna, logo depois passou o cargo de Reitor ao Vice-reitor João Ribeiro de Macedo Filho, que o exerceu até o dia 04 de agosto de 1949, quando faleceu. Com a sua morte, assumiu o cargo de Reitor o prof. Flávio Suplicy de Lacerda que, como todos sabem, se tornou o arauto e baluarte da campanha da federalização da Universidade do Paraná, conforme a Lei n.º. 1.254 de dezembro de 1950.

Com a federalização, obviamente, foram criadas outras faculdades (Filosofia, Ciências e Letras, bem como Ciências Econômicas e Administrativas). Em razão disso, construiu-se o complexo onde se

encontra a Reitoria, capaz de abrigar as faculdades recém criadas, o qual foi inaugurado em 26 de abril de 1956, na presença do Presidente da República Juscelino Kubitschek de Oliveira e Ministro da Educação Clóvis Salgado da Gama.

Turma do cinquentenário (1º ano em 1962) Onésimo Mendonça de Anunciação, Ruy Francisco Thomaz e eu, ainda em atividade. Já aposentados: Antonio Ramina, Anny Mary Kuss, João Luiz Manasses de Albuquerque, Luiz Zarpelon e Arno Gustavo Knoerr; outros colegas da magistratura: Carlos Raul da Costa Pinto, Sérgio Sossela, José Carlos Lins Santos, no Paraná. Na magistratura federal Zuudi Sakakhiara. No Mato Grosso do Sul: Rêmolo Leteriello; em Santa Catarina: João Eduardo de Souza Varella. Na magistratura do Trabalho: José Mauro Gulin (PR), Abdala Jallad (MS) e José Renato Laporte Pimazoni (SP). No Ministério Público do Paraná: Luiz Chemin Guimarães, Luiz Carlos Souza de Oliveira, Munir Gazal, Antonio Bassi, Erasmo Felipe Arruda, Rene Kravetz. Na Política de nosso Estado: Luiz Gabriel Guimarães Sampaio, Ivan Ferreira do Amaral, Nilso Romeu Sguarezzi, Fidelcino Tolentino, Roberto Requião de Mello e Silva.

Outros tantos colegas se destacaram na advocacia, no magistério, no serviço público e no comércio: como exemplo temos Juarez Tavares, Waldyr Grisard Filho, Moacir Correa Filho, João Roberto Regnier, Celso Caron, Guido Guerra, Alceu Guerra, Altamir Frederico Schmidt, Estevan Capriotti, Miguel Nasser Filho, Ardisson Naim Akel, Elias Eduardo Tacla, Jorge Kalluf Sobrinho, Abraão José Melhem, Maria do Rocio Muniz Diz, Renato Antonio Fontana, Valdemar Perez e tantos outros que a traiçoeira memória me faz momentânea e lamentavelmente esquecer.

Formaram-se naquele mesmo ano de 1962 - turma do cinquentenário: os Desembargadores: Antonio Lopes de Noronha, Acácio Cambi, Fernando Vidal de Oliveira, Munir Karam e Antonio Prado. No Ministério Público: Luiz Carias de Oliveira, Joselita Becker de Araujo e Lara Marques Dib. Na Política, Maurício Fruet.

Além desses, meus senhores, inúmeros desembargadores já falecidos e que foram integrantes desta egrégia Corte serviram ao corpo docente do Curso de Direito da Universidade Federal: Ernani Guarita Cartaxo, Henrique Chesneau Lenz Cesar, Ernani Abreu, Ary Florêncio Guimarães e Athos Moraes de Castro Vellozo.

As comemorações do centenário de fundação da benemérita Universidade Federal do Paraná, por si só tão expressiva, reveste-se de inédita importância nesta sessão solene, quando o Poder Judiciário se integra às honrarias no sentido de reverenciar aqueles vultos históricos responsáveis pelo desenvolvimento e prosperidade de nosso Estado.

A condição intelectual de uma nação depende do ensino, em todos os níveis; desde a escola primária até os graus de doutoramento. Trata-se de uma integralização indispensável ao progresso cultural de um povo. Há cem anos os patriotas ilustres que hoje

veneramos alargaram a escadaria do ensino nesta terra, eliminando um patamar que se afigurava intransponível para os homens comuns. Tinham consciência que no alto da escada do saber existe algo de majestoso e belo. Os benefícios do conhecimento científico advindos do estudar e ensinar estão hoje presentes e palpáveis. Não foi um projeto de Dédalo, conquanto não se possam evitar eventuais sonhos de Ícaro.

O Paraná se orgulha de sua Universidade Federal. Sua fundação propiciou à nossa juventude uma elevação do conhecimento que permite descortinar a grande vastidão do conhecimento humano sem o aprisionamento do espírito.

O reconhecimento que hoje se faz, a homenagem que hoje se presta à instituição seria desnecessária, Senhor Presidente, não fosse o dever de todos, principalmente dos membros deste augusto Tribunal, em curvar-se aos eminentes vultos beneméritos que a fundaram e a todos que, nesta centenária evolução, a tem servido com dedicação e entusiasmo, engrandecendo a cultura deste Estado e deste País.

Dignas autoridades presentes, devemos nos preocupar com o ensino primário, pois, como dizia Pitágoras, "educai as crianças, e não será preciso punir os homens". Contudo, parafraseando João Ribeiro de Macedo Filho, *"cultuemos o ensino superior pelo bem que ele produz, aperfeiçoando os conhecimentos do homem, formando a elite da sociedade, fazendo progredir a ciência, desenvolvendo as inteligências representativas da grandeza nacional e estimulando aqueles que se acham na esplanada a galgar o primeiro degrau, a conquistar os conhecimentos primários, a libertar-se do analfabetismo danoso e deletério"*.

Muito obrigado.

Paulo Roberto Hapner .